

NAÇÃO E NACIONALISMO, NEGROS À MARGEM: O NEGRO NA POESIA DE CASTRO ALVES, O POETA NACIONAL

NATION AND NATIONALISM , BLACK IN THE MARGINS :BLACK IN CASTRO ALVES OF POETRY , THE NATIONAL POET

Ellen dos Santos Oliveira*

RESUMO: O propósito desse trabalho é trazer à discussão o lugar ocupado pelo negro na nação brasileira, no século XIX, tendo como exemplo o caso do Romantismo que acabou elegendo como raças nacionais o branco e o índio (idealizado), através de poetas e escritores indianistas como, por exemplo, José de Alencar. Nessa literatura nacionalista, a raça negra acaba sendo esquecida e lançada à margem, como sendo o “outro indesejável”. Esquecido, o negro só será lembrado no fim do período romântico por poetas como Castro Alves. Pretende-se com esse trabalho contribuir com as discussões contemporâneas acerca da representação do negro na sociedade e, principalmente, no Romantismo da Literatura Brasileira com ênfase na poesia de Castro Alves, considerado nessa discussão como um autêntico poeta nacionalista.

PALAVRAS-CHAVE: Século XIX. Romantismo no Brasil. O negro na poesia de Castro Alves.

ABSTRACT: The purpose of this paper is to discuss the place occupied by blacks in the Brazilian nation in the nineteenth century, taking the example of Romanticism which eventually chosen as national races white and Indian (idealized) by poets and indianist writers such as José de Alencar. In this nationalist literature, the black race ends up being forgotten and thrown on the sidelines, as the “other unwanted”. Forgotten, the blacks will only be remembered at the end of the Romantic period by such poets as Castro Alves. The aim of this work is to contribute to contemporary debate about the representation of blacks in society, especially in the Brazilian Romanticism Literature with an emphasis on Castro Alves’ poetry, considered in this discussion as a genuine nationalist poet.

KEYWORDS: Nineteenth century. Romanticism in Brazil. Black citizens in Castro Alves’ Poetry.

* Mestranda em Letras pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: profa.ellen.oliveira@live.com

*Existe um povo que a bandeira empresta
P'ra cobrir tanta infâmia e cobardia!...
E deixa-a transformar-se nessa festa
Em manto impuro de bacante fria!...¹*

INTRODUÇÃO

A aventura colonial não só decidiu o curso da história do Brasil, como decidiu o destino dos povos que, voluntariamente ou não, habitavam esse Brasil. Essa aventura acabou ocasionando a invenção de uma Nação, e com isso a “invenção do ser negro”, como diz Gislene Santos (2005). Nesse percurso histórico em busca do nacionalismo tentou-se, por um lado, idealizar e disciplinar os índios e, por outro, escravizar os negros.

A invenção da Nação custou cara. E foi paga com a vida de índios e negros. Os índios – rebeldes, selvagens, vingativos – foram narrados, no mito da nação, como heróis, submissos e favoráveis ao colonizador. Os negros, o outro estrangeiro e indesejado, fora marginalizado e excluído das grandes narrativas nacionais. Tudo isso em nome de um nacionalismo, uma vez que o índio tinha uma vantagem em relação ao negro: ele era o primitivo, o primeiro da Terra. No século XIX, o critério utilizado para determinar uma nação era o de “raça” e “etnográfico”, conforme afirma Erneste Renan, em sua conferência “Que é uma nação?”, proferida em 11 de março de 1882, na Sorbonne. Renan é bem enfático ao dizer: “Hoje em dia, comete-se erro mais grave: confunde-se raça com a nação, e atribui-se a grupos etnográficos,

ou antes, linguísticos, uma soberania análoga à dos povos realmente existentes” (sic. RENAN, 1997) Eric J. Hobsbawm parece concordar com Renan, ao afirmar em seu livro *Nações e Nacionalismo desde 1780*, que:

As tentativas de se estabelecerem critérios objetivos sobre a existência de nacionalidade, ou de explicar por que certos grupos se tornaram “nações” e outros não, freqüentemente foram feitas com base em critérios simples como a língua ou a etnia ou uma combinação de critérios como a língua, o território comum, a história comum, os traços culturais comuns e outros mais [...] os critérios usados para esse objetivo – língua, etnicidade, ou qualquer outro – são em si mesmos ambíguos, mutáveis, opacos e tão inúteis [...] (sic. HOBBSAWM, 1917, p. 14-15).

Nessa invenção nacionalista, a raça negra foi, injustamente, penalizada por um erro ou falha que não a competia. Uma pena que dura até os tempos atuais. A pena, à qual, denomina-se “marginalização”. Com o objetivo de desenvolver essa linha de pensamento, que, discutir-se-á como a construção da Nação, em nome de um nacionalismo, irá traçar um destino marginal e excludente para a raça negra. Pois o “negro” será inventado a partir de várias construções discursivas do pensamento que predominava no período clássico do liberalismo do século XIX, discursos que se constituem em uma retórica racista e nacionalista.

A priori, cabe ressaltar os sentidos nações e nacionalismo que serão adotados para essa discussão. Em harmonia com Hobsbawm, usa-se nacionalismo no sentido

¹ Ver Castro Alves, Navio Negreiro, Cantos VI.

defendido por Gellmer, em que “fundamentalmente um princípio que sustenta que a unidade política e nacional deve ser congruente”. Isto é, trata-se de um “nacionalismo” que tem como regra o compromisso de dever político de seu povo à organização política que abrange e representa a sua nação, de maneira que tal compromisso supera as outras obrigações públicas e qualquer outro tipo de obrigação. Assim, compartilhando a mesma reflexão, entende-se nação como uma invenção. As nações criadas para classificar os homens, como um destino político, são um mito. Uma vez que no nacionalismo ocorre a supervalorização de uma cultura sobre outra e às vezes ao adotar culturas preexistentes e transforma em nações, algumas vezes as inventa e frequentemente suprime outras culturas preexistentes. Nesse sentido, o termo nacionalismo precede o termo nação, pois são os nacionalismos que formam os estados e nação, e não o oposto (GELLNER *apud* HOBSBAWM, 1917, p. 18).

Para uma compreensão mais acurada acerca dos pensamentos racistas que irá prevalecer no século XIX será feito, de forma bem sucinta, uma retomada histórica da origem da escravidão, desde quando se iniciou na África, com a escravidão doméstica, até quando atinge proporções internacionais com os Europeus, para por fim chegar ao Brasil através dos colonizadores portugueses.

No decorrer desse artigo, será estabelecida uma discussão envolvendo estudos como o de Gislene Santos, com seu livro *A invenção do “ser negro”*, em que a autora se debruçou para estudar as principais ideias

que naturalizaram a inferioridade da raça negra, e como o racismo no Brasil foi extremamente nocivo e mais agravante que em outros países.

ORIGEM DA ESCRAVIDÃO

Desde Antiguidade e Idade Média é comum o preconceito ao outro que geralmente é considerado diferente. É o que configura a xenofobia ocorrida na época em que a relação entre os povos se dividia entre “vencedor” e “cativo” e que muito lembra a escravidão que o negro vem sofrido desde os primórdios de colonização. Mas tudo começou quando o europeu chega à África no século XV e percebe que lá havia uma escravidão doméstica que ocorria, desde os séculos VII e VIII, quando um membro de um vilarejo vencido era aprisionado e forçado a trabalhar na agricultura familiar. Os filhos desses cativos também se tornavam escravos, o que oportunizou a ampliação da mão de obra escrava. Nesse contexto, eram escravizadas, também, as pessoas condenadas por práticas de roubo, assassinato, feitiçaria, e às vezes, adultério. As pessoas escravas também eram vendidas e trocadas por mercadorias e, principalmente, por comida. Esse tipo de escravidão se intensifica com a ocupação do Egito e da África, corroborando para a expansão do comércio escravocrata, que se ampliava com a escravidão islâmica. Assim, no século XV, com a presença do Europeu na África, a escravidão adquire proporções internacionais, e passa a ser praticada pelos holandeses, franceses, ingleses, espanhóis e, principalmente, portugueses

(ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 13 a 19).

Com o Iluminismo no século XVIII, buscou-se construir um conceito de homem tendo como base os padrões do homem europeu e com um olhar intolerável aos homens pertencentes a outros povos que se distanciam desse padrão. Criando, assim, um modelo racional e forjando um conceito de homem. Os iluministas, dotados de um espírito materialista e baseando-se no método de investigação (biológica, médica e fisiológica), irão, numa tentativa de descrever os mistérios do mundo, estudar a espécie humana, buscando respostas para o grande questionamento em moda no momento, que era: “O que é o homem?”.

Ao analisar a descrição feita por Diderot, em enciclopédia, sobre a natureza humana, e a tese de Voltaire, Santos (2005), conclui que ambos observam que a moralidade e o pensamento são características que diferenciam o homem dos outros animais. Já ao estudar Buffon, a autora, percebe a questão da socialização como algo que define a natureza humana e demonstra a sua capacidade de interagir e interferir com o meio em que vive. Ainda conforme a autora, os iluministas acreditavam na existência de uma espécie humana, porém discordavam da origem das diferenças entre os tipos de humano, e conclui que para eles havia “Raças Humanas” distintas. Mais adiante, com o estudo das teorias racialistas e o “Racismo Científico” criam-se uma ideologia de que a raça negra é uma espécie de sub-raça da espécie humana. Sob a justificativa de que o “negro”

era “menos inteligente” e “mais criminoso” em comparação ao “branco”. Difundindo assim, o discurso de inferioridade do negro em relação ao branco europeu (SANTOS, 2005, p. 21 a 60).

Foi a partir do Iluminismo que surgiram as principais ideologias que floresceram com as teorias racialistas e que fortaleceram os laços do preconceito que justificou a dominação cultural do europeu sob os outros povos, principalmente os negros. E por isso a participação do negro na sociedade, até então, vem sido marcada pela submissão do negro em relação ao branco, tanto na ordem social, política, econômica e cultural.

O NEGRO NO BRASIL NO SÉCULO XIX

Acredita-se que entre o século XVI e XIX, mais de 11 milhões de escravos (homens, mulheres e crianças) foram traficados para as Américas. Desses, 4 milhões foram trazidos para o Brasil. Unindo para sempre a história do Brasil à da África. No entanto, no início da colonização eram escravizados também os índios. Inclusive, havia uma distinção na identificação: o índio escravo era chamado de “negro da terra”, já o escravo africano era chamado de “negro da guiné”. A partir da segunda metade do século XVI, os escravos indígenas são substituídos pelos africanos. Pois, os negros da África passam a serem os preferidos pelos senhores escravocratas, por afirmarem serem “os negros” menos rebeldes que os índios e mais conformados com a escravidão. O Brasil lucrou muito com esse comércio humano (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 39 a 41).

É com a escravidão e, principalmente, com o tráfico de escravo que se inicia o processo de inferiorização da Raça negra e relação às outras raças. A esse respeito Fanon em *Pele negra e máscaras brancas* comenta que:

O negro, na medida em que fica no seu país, tem quase o mesmo destino do menino branco. Mas **indo à Europa** terá de reconsiderar a vida. Pois o preto, na França, seu país, se sentirá diferente dos outros. Já pretenderam apressadamente: o preto se inferioriza. A verdade é que ele é inferiorizado. (FANON, 2008, p.133, grifo meu)

Houve quem considerou o tráfico uma missão evangelizadora, como, por exemplo, o padre Antonio Vieira que pregava em seus sermões a ideia de que o tráfico era um grande milagre de Nossa Senhora do Rosário, pois os negros quando tirados da África pagã encontrava, no Brasil Católico, chances de salvação da alma (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 39 a 41). Outro discurso que tentou justificar e amenizar a escravidão no Brasil foi o de José Bonifácio, que argumentava que a escravidão foi “um ato de caridade” pois trazer os escravos e dar-lhes uma chance de conversão, além de livrá-los da guerra também conservava a vida, mesmo que em cativeiro. Com esse argumento, Bonifácio dizia fazer um favor aos escravos quando os escravizava (SANTOS, 2005, p. 67-68).

A CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO E O LUGAR DO NEGRO NESSA NAÇÃO

No Brasil a emancipação dos escravos surgiu do interesse político-social de construção de uma nação. Assim, obedecendo aos ideais iluministas, surgiu a necessidade de definir o que é ser brasileiro e o lugar do negro nesse Brasil. Percebe-se no discurso de José Bonifácio as ideias liberais difundidas no Brasil e uma preocupação com a construção da nação brasileira, e para isso a escravidão parecia não ser mais interessante e era até um empecilho. Já que para receber o *status* de nação era preciso que o país fosse primeiro um estado forte, cujos cidadãos vivessem plenamente seus direitos e deveres. Isso não era a realidade brasileira. Uma vez que os escravos eram excluídos da cidadania e negociados como coisa. Tal prática impedia que o Brasil adotasse uma constituição federal. Assim, Bonifácio conclui que a emancipação dos escravos era uma tarefa necessária para elevar o Brasil à condição de nação liberal brasileira, pois se assim não o fizesse não conseguiria “aperfeiçoar” as raças existentes. Percebe-se, então, que há diferença e hierarquia entre as raças. E, com essa ideologia, a emancipação contribuiu para fortalecer a ideia de inferioridade dos negros (SANTOS, 2005, 65-81).

A partir do século XIX no Brasil foi reproduzida, com discurso de Couty, a falsa ideia de que os negros não eram mal tratados e que havia igualdade entre as raças, e, ainda, atribuía a culpa da escravidão aos negros por não serem capazes de se libertarem e viver socialmente como cidadãos. Assim, perpetuava a ideia de que

a culpa da escravidão e, conseqüentemente, pelo atraso do país era dos negros. Com a imigração e extinção da mão de obra escrava o negro vai ocupando um lugar à margem na sociedade, uma vez que o conceito que se tinha de ordem e progresso estava relacionado com os de seleção étnica. Nabuco ao defender o abolicionismo, tentou afastar o negro desse processo político ao mesmo tempo em que pregava a paz entre as raças, e assim, passando uma ilusória ideia de que não havia racismo. No entanto, percebe-se nesse discurso a ideia de inferioridade do negro, e com isso o preconceito racial, pois atribuía a culpa pela escravidão à mentalidade atrasada da raça negra (SANTOS, 2005, 65-118).

Com a abolição da escravidão, criou-se uma imagem do negro com traços de inferioridade, vagabundagem e incompetência, que se aliou a vários mitos e assim contribuiu para a criação da identidade do negro, nos limites do racismo. Uma vez que, as teorias racialistas buscavam: confirmar a inferioridade dos negros e a superioridade dos brancos; para evitar possíveis revoltas, atestar que no Brasil não havia racismo, mas sim a igualdade entre as raças; gerar um sentimento de aversão do branco pelo negro e submetendo o negro a sua condição de inferioridade, e com isso evitar a miscigenação. A repulsa pelo negro foi tão grande, que no Brasil foi almejado o *embranquecimento* a fim de evitar o enegrecimento da nação e com isso a destruição da raça branca, o que segundo as teorias racialistas seria um perigo para a nação. Por esse motivo era preciso submeter o negro a sua condição de inferioridade (SANTOS, 2005, 118-127)

Com a chegada da República, foram reproduzidos no Brasil os preconceitos europeus. E os negros foram duramente perseguidos e sua condição de inferioridade era retratada em jornais da época que circulava pelo país e pelo mundo. Nota-se um racismo explícito quando os negros são excluídos das atividades trabalhistas e jogados à marginalidade, quando valorizou o imigrante e desvalorizou o negro. E, mais ainda, quando criou argumentos racistas que impossibilitassem a entrada do negro no país e a convivência deste em sociedade nas mesmas condições sociais que o branco. Com a nova República o negro vai sendo esquecido das folhas de jornais e passa a ser um estranho na sociedade, passa a ser o outro indesejável.

Quando se pensa que já havia uma imagem negativa e naturalizada que definia o ser negro, SANTOS (2002), aponta mais dois elementos que contribuiu para a invenção do negro e para fortalecer os laços do preconceito racial, tais elementos foram: o discurso médico e jurídico de Nina Rodrigues e a antropologia de Gilberto Freyre. O primeiro, Nina Rodrigues, com uma visão positivista e crente que havia diferenças naturais entre grupos e classes sociais. A leitura de seu texto “As raças humana e a responsabilidade penal no Brasil”, feita por Santos, conduz a conclusão de que os negros, índios e mestiços são incapazes de desenvolver uma civilização e de produzir uma cultura elevada, devendo ser tratados como doentes e dementes. Pois, sendo eles criminosos e loucos deveriam ser excluídos e jogados em asilos (SANTOS, 2005, p. 132-148). Essa visão preconceituosa de Nina Rodrigues também

é percebida em sua obra “*Os Africanos no Brasil*”, em que o autor ao mencionar o negro o aborda como um problema para o Brasil, atribuindo à Raça Negra a culpa pelo atraso do país e um dos fatores pelo qual o país ser um povo inferior. É o que se pode observar no fragmento extraído da obra e citado abaixo:

A Raça Negra no Brasil, por maiores que tenham sido os seus incontestáveis serviços à nossa civilização, por mais justificadas que sejam as simpatias de que a cercou o revoltante abuso da escravidão, por maiores que se revelem os generosos exageros dos seus turiferários, **há de constituir sempre um dos fatores da nossa inferioridade como povo.** (RODRIGUES, p.14-15, grifo meu)

Outro que contribuiu para a invenção do negro como um ser inferior foi Gilberto Freyre, só que esse adotou um método diferente dos outros racialistas, esse fez uma abordagem darwinista, spencerianos, e propôs uma diferenciação intelectual entre negros e brancos. Ele vê o mestiço como resultado negativo da influência africana e os elementos da cultura negra existentes no Brasil era um dos fatores responsáveis pelo atraso do Brasil em relação às nações europeias. Apesar do ataque negativo feito aos negros e mestiços, Freyre reconhece a contribuição do negro na cultura brasileira. E mesmo o vendo como um objeto, ele fez apologia à miscigenação, justificando, que apesar do aspecto negativo, será ela um fator favorável para elevar o Brasil à condição de uma sociedade mais democrática

em termos raciais. Assim, Freyre irá contribuir para a criação de um passado nacional, justificando a colonização brasileira, e passando uma imagem de inocência do colonizador português, que é seduzido pelas belezas exóticas das mulheres negras e índias. É, então, com a mestiçagem que Freyre irá inventar um povo brasileiro e a valoriza em oposição ao que é legitimamente negro. Assim, Freyre contribui para a invenção de uma identidade para os negros, brancos e mestiços, e para a configuração de um sistema e identidade nacional, sob uma suposta democracia racial e uma visão romântica da colonização (SANTOS, 2005, p. 149-161).

Percebe-se que de acordo com as teorias racialistas o negro e o mestiço não tinha lugar nessa na sociedade brasileira em que se pretendia formar, uma sociedade baseada na ordem e no progresso e com o status de nação. E essas teorias motivaram e justificaram as desigualdades entre os seres humanos, usando um conceito de “raça” para classificar e hierarquizar a sociedade.

O CASO (DO ROMANTISMO) DA LITERATURA BRASILEIRA

O país nascia assim sob a invocação dos discursos e das belas palavras. Deusamento, na política, do mesmo liberalismo verboso e sonoro que Victor Hugo ia reclamar para a literatura no prefácio do *Hernani*. Era o vocabulário de Jean-Jacques aplicado ao país semivirgem, apenas egresso de um longo colonato. Semelhante ao ingrato território de Berne que Rousseau, de joelhos e em lágrimas, abraçava e

beijava, o Brasil aparecia como a terra da liberdade. Por ele lutou, com todo o seu tradicionalismo romântico, a maçonaria, desde a *Sociedade dos Jardineiros* que Francisco GêAcayaba de Montezuma fundava na Bahia, até o *Grande Oriente do BrasÜ*, sob a direção suprema de José Bonifácio, e de que fazia parte o príncipe com o nome de Guatimozim. São da história da época as dissensões maçônicas, que provocaram a dissolução do *Grande Oriente* por intervenção pessoal do Imperador já então filiado aos Cavaleiros da Santa Cruz, entre os quais se inscreveu sob o nome simbólico de Rômulo.. Romantismo, romantismo, romantismo.

O mal ia, porém, invadir o país de uma maneira mais intensa e mais estranha. O meio era-lhe propício. (sic. PRADO, 1981, p.118)

Essa visão romântica de colonização acabou refletindo no campo literário, pois no século XVIII começou-se a perceber um sentimento de nacionalismo, principalmente depois da Independência política do Brasil. Foi quando surgiu uma necessidade de romper com os laços portugueses e, concomitantemente, exaltar e afirmar a nova nação criada, mas para isso era preciso criar uma identidade nacional. E assim, começa a aparecer, no Brasil, uma produção literária que passa a identificar o país, com características próprias. Nesse contexto, Ferdinand Denis fundou a teoria e a historiografia da literatura Brasileira, com seu *Résumé de l'histoirelittérairedu Portugal suividurésumé de l'histoirelittéraireduBrésil* (1826), com o argumento de que o Brasil, como um

país independente, deveria ter sua própria literatura relacionada com sua natureza e sociedade, em particular. Então, a missão dos artistas das Letras já estava definida. Eles deveriam se concentrar na descrição de sua natureza, seus costumes, dando ênfase a figura romântica do índio como autêntico habitante primitivo. As ideias de Denis prevaleceram e influenciaram até o fim do Romantismo (CANDIDO, 2004).

Três jovens brasileiros que residiam em Paris entre meados de 1832 a 1838 desde que foram escolhidos pelos franceses do *InstitutHistorique* para divulgarem sua nação no exterior, foram eles: Domingo José Gonçalves de Magalhães, com sua obra *Niterói*, considerada um o marco inicial da produção Romântica no Brasil; Manuel de Araújo Porto Alegre (1806-1879); e Gonçalves Dias. Esses poetas, influenciados pelas novas tendências literárias que circulavam na França, incorporou tais concepções e técnicas que foram consideradas renovadoras no Brasil. Como a religiosidade, a função moralista, a exaltação da natureza brasileira ea originalidade formal, passando-se a rejeitar às formas fixas e adotar os versos livres. A questão da originalidade. É a partir daí que surge o autor, dessa necessidade de se criar uma literatura nacional e com ela uma memória coletiva que identificasse a nação criada. Nesse contexto, em que surgia a nova nação brasileira, os novos autores, escritores, poetas e romancistas tomaram como objetos as coisas do Brasil (CANDIDO, 2004).

No entanto, cabe lembrar que o objeto de inspiração para a criação literária nacionalista era sempre a fauna brasileira, o índio

idealizado, e o branco seduzido pela beleza exótica das índias. Nesse contexto, o negro não era fonte de inspiração para a criação literária, afinal ele era o outro indesejado. Ao menos, não para os poetas e escritores considerados nacionalistas, como Gonçalves Dias e José de Alencar.

O Romantismo brasileiro foi, em grande parte, um movimento nacionalista que significou escrever sobre coisas locais. Por isso as narrativas ficcionais em prosa se destacam nesse contexto, pois é mais acessível ao leitor e também mais eficaz na construção de uma identidade nacional que se pretendia formar, pois como enfatizado por Benedict Anderson (2008) e Stuart Hal (2001), as narrativas tem um papel fundamental na construção de uma nação e de uma identidade nacional.

Os primeiros estudiosos da literatura brasileira, no tempo do Romantismo, se preocuparam em determinar as origens, já que o relativismo então reinante ensinava que as instituições da cultura radicam nas condições do meio, variando segundo elas. E como na época o objetivo era firmar e difundir nacionalismo brasileiro, através de uma literatura que deveria se firmar como expressão de uma realidade local própria que valorizasse a descrição dos elementos diferenciais, que representasse e apresentasse essa nova nação, principalmente a natureza e o índio (CANDIDO, 2006, p.99).

José de Alencar, como vários escritores debruçaram-se sobre o novo desafio proposto e escolheram como objeto para sua literatura o índio e a natureza brasileira. No entanto, o projeto de sua obra indianista acaba se afirmando como um mito do

nacionalismo brasileiro. É difícil definir o mito. No entanto, Eliabe apresenta uma definição que considera a menos imperfeita:

o mito conta uma história sagrada; ele relata um acontecimento ocorrido no tempo primordial, o tempo fabuloso do “princípio”. Em outros termos, o mito narra como, graças às façanhas dos Entes Sobrenaturais, uma realidade passou a existir, seja uma realidade total, o Cosmo, ou apenas um fragmento: uma ilha, uma espécie vegetal, um comportamento humano, uma instituição. É sempre, portanto, a narrativa de uma “criação”: ele relata de que modo algo foi produzido e começou a ser. O mito fala apenas do que realmente ocorreu, do que se manifestou plenamente. Os personagens dos mitos são os Entes Sobrenaturais. Eles são conhecidos, sobretudo pelo que fizeram no tempo prestigioso dos “primórdios”. Os mitos revelam, portanto, sua atividade criadora e desvendam a sacralidade (ou simplesmente a “sobrenaturalidade”) de suas obras. Em suma, os mitos descrevem as diversas, e algumas vezes dramáticas, irrupções do sagrado (ou do “sobrenatural”) no Mundo. É essa irrupção do sagrado que realmente fundamenta o Mundo e o converte no que é hoje. E mais: é em razão das intervenções dos Entes Sobrenaturais que o homem é o que é hoje, um ser mortal, sexuado e cultural (ELIADE, 1972, p.09).

Muitos conhecimentos, que são transmitidos hierarquicamente, são construídos a partir de histórias míticas, que resumem lições e mistérios sobre a vida, sobre a natureza humana, sobre

a sociedade e etc. Esses mitos são transmitidos através de narrativas, que são apreendidas e compartilhadas por indivíduos de uma mesma comunidade, a fim de dar continuidade a uma cultura ou a uma tradição.

A partir desses mitos são criados os discursos de nacionalismos. Esses discursos constroem identidades que são ambigualmente inseridas entre o passado e o futuro de uma nação. Eles insistem em retornar às glórias passadas, com o intuito de avançar em direção à modernidade. No Brasil, o status de nação era exigência necessária para elevar o país à modernidade. E isso foi possível, graças às narrativas míticas criadas por historiadores e literatos do século XIX. Ramos ressalta que:

Após a proclamação da independência em 1822, o Brasil apresentava uma sociedade desestruturada, que tinha conquistado sua “independência” política, mas necessitava afirmar-se nacionalmente, mesmo que por meio de elementos mitológicos e históricos, pois carecia de uma identidade própria. Para isso, era preciso uma figura legítima e digna de representar o Brasil em nossa literatura. O negro não poderia ser pelo fato de ser estrangeiro e escravo; o branco só poderia lembrar o colonizador europeu - o explorador. Nesse contexto, surgiu a figura do índio, o primeiro habitante desta terra, um verdadeiro herói, na ficção romântica brasileira (RAMOS, 2006, p.4-5).

E é nesse contexto, que a obra indianista de José de Alencar desponta como a maior representação de nacionalismo na

literatura brasileira no século XVIII. Por meio dela, muitos leitores puderam conhecer e compartilhar o mito criado para representar uma identidade nacional.

Alencar não foi poeta, mas foi com poesia e saliência que ele desenhou, em suas narrativas, o índio brasileiro. Afinal, foi o índio, idealizado e em nível simbólico, que protagonizou a origem da nação brasileira. Com sua trilogia indianista: *O Guarani* (1857), o bom selvagem; *Iracema* (1865), a virgem dos lábios de mel e *Ubirajara* (1874), o puro, nobre e valente guerreiro Tupi, Alencar teve a pretensão de construir a cultura brasileira, tendo como objeto o índio e sua linguagem. Tão grande foi seu esmero em representar as coisas locais, em sua obra, que o escritor obteve sucesso com o público leitor, alcançando fama de um dos maiores representantes da corrente literária indianista.

Tanto sucesso lhe rendeu o título de “Chefe da Literatura Nacional”, por seu colega Machado de Assis. Pois sua obra indianista foi de extrema importância, naquele momento em que se buscava afirmar uma identidade literária que transpusesse, para a ficção, as tradições indígenas. No entanto, era necessário mais que simplesmente relatar as lendas, os usos, as crenças, as festas e outras manifestações culturais do povo nativo. Era preciso unir os hábitos da vida e da cultura brasileira à beleza natural e exótica das terras brasileiras.

Em sua trilogia indianista, Alencar constrói a imagem heroica e nobre do primitivo índio brasileiro. Tal imagem é caracterizada pela força e coragem com que o elemento indígena é tratado, ou seja, é a re-

apresentação do bom selvagem à la Rousset, que devido as suas virtudes morais, remetem ao cavalheirismo da Idade Média, que era representado no romantismo europeu, que também almejava estabelecer as bases do nacionalismo do Velho Continente.

O NEGRO NA POESIA DE CASTRO ALVES, O POETA NACIONAL

A VIDA DO POETA DOS ESCRAVOS²

No dia 14 de março de 1847, nasceu na Fazenda Cabeceiras, na Freguesia de Muritiba, Comarca de Cachoeira, e a poucas léguas de Curalinho, na Bahia, Antônio de Castro Alves, filho de Dr. Antônio José Alves, um apaixonado pela carreira e pelas artes, e de D. Clécia Brasília da Silva Castro, da qual herdou a doçura e o lirismo. Foi batizado em 09 de julho, do mesmo ano, com o nome de Antônio Frederico de Castro Alves. Entre 1852 a 1853 em companhia de sua família transfere-se para Muritiba e depois para S. Félix, às Margens do rio Paraguaçu. Aprende as primeiras letras no primário com o professor José Antônio da Silva. Nesse mesmo ano passa a frequentar a escola de Antônio Frederico Loup, em Cachoeira, do lado oposto de Paraguaçu.

No início de 1854, vai morar em Salvador com sua família, na Rua do Rosário, nº 1, no mesmo sobrado em que, segundo a lenda, foi assassinada, pelo seu noivo, a bela Júlia Feital, recebendo uma bala de ouro. Em 1855, o pai do poeta, Dr. Antônio José Alves abre seu consultório médico na Rua do Paço, em Salvador. Por volta de 1856 e 1857, Castro

Alves passa a frequentar os cursos do Colégio Sebão. E em 1858, transfere-se para o Ginásio Baiano, do Dr. Abílio César Borges, e mais tarde barão de Macaúbas. Nesse mesmo ano a família muda-se para a chácara de Boa Vista, no arrabalde de Brotas. E um ano mais tarde, em 1859, sua mãe falece.

Aos treze anos de idade, em 1860, Castro Alves viu pela primeira vez, na fazenda Boa Vista o açoite de um escravo. Cena que jamais esqueceu. Nesse mesmo ano o poeta começa a escrever suas primeiras poesias no “outeiro” do Ginásio Baiano. E, nesse mesmo Ginásio, em julho de 1860 declama sua primeira poesia. Em 24 de Janeiro de 1862, seu pai casa-se com a viúva Ramos Guimarães. Em junho desse mesmo ano, sua poesia “Destruição de Jerusalém” é publicada no Jornal do Recife. Em 13 de março submete-se à prova para matrícula na Faculdade de Direito do Recife, mas não atinge êxito. Nesse mesmo ano publica seus primeiros versos abolicionistas “A Canção do Africano”, e em junho sua poesia “Meu Segredo”. Ainda esse ano, seu irmão José Antonio, é internado com manifestações de desequilíbrio Mental, vindo a se suicidar no ano seguinte. Em 1864, o poeta Castro Alves entra no curso de Direito e redige um jornalzinho *O futuro*. Nesse ano escreve a poesia “O Tísico”, que passa a chamar-se de “Mocidade e Morte”. Ainda esse ano, viaja às pressas para a Bahia e interrompe o curso de Direito. No ano de 1865, depois de retornar à Recife em companhia de Fagundes Varela, declama seu poema “O século”, e passa a preparar os poemas de “Os escravos”, e em seguida volta para a Bahia.

² Ver Silva, 2001.

Em 1866, depois da morte de seu pai, Castro Alvos volta ao Recife e se matrícula no Curso de Direito. Nesse ano, funda uma sociedade abolicionista, com Rui Barbosa, Ragueiro da Costa, Plínio de Lima e outros colegas da academia. Nesse mesmo período, morando em uma cela de convento, lança o jornal de ideias “A Luz”, que dá origem a uma polêmica pela imprensa com Tobias Barreto. E ainda Recita no Teatro Santa Izabel o poema “Pedro Ivo”, com grande sucesso. Nesse teatro, conhece Eugênia Câmara, e tornam-se amantes, o poeta se entusiasma pela vida teatral. Ainda nesse ano, O jornal “O Tributa” publicou anonimamente seus versos “O Povo no Poder”, contra a dissolução de um comício Republicano. Em 1867, morando no povoado do Barro, passa a morar com Eugênia Câmara, e conclui seu drama *Gonzaga*, que foi lido nesse mesmo ano em um círculo de intelectuais, artistas e admiradores no teatro Santa Izabel. Nesse ano, o poeta assiste ao espancamento do estudante Torres Portugal. Ainda em 1867, o poeta deixa de vez o Recife e volta para a Bahia com sua esposa e filha. Onde sua peça é aprovada pelo Conservatório Dramático da Bahia, e em sete de setembro, Castro Alves estreia sua peça e é consagrado poeta.

Em oito de fevereiro de 1968, Castro Alves viaja ao Rio de Janeiro, acompanhado de sua esposa. Nesse ano, através de carta de apresentação do Dr. Fernandes Cunha, é recebido por José de Alencar, a quem lê sua peça *Gonzaga* e algumas poesias. Por recomendação de Alencar, Machado de Assis também ouve a peça. Esse ano é um ano de grandes apresentações. Em dois de julho, declama “Ode ao Dous de Julho” no Teatro

São José, em sete de setembro recita “O Navio Negreiro”, em sessão Magna, e em 25 de Outubro, representa Gonzaga no Teatro São José. Em 25 de novembro sofre um acidente na calçada, a espingarda dispara e o atinge no calcanhar esquerdo.

Em abril de 1969, devido ao enfraquecimento pulmonar, agravam-se os males de doença. E em Junho, com ameaça de gangrena, o pé esquerdo é amputado. Em 31 de outubro vai ao teatro Fênix Dramática para rever o desempenho de Eugênia Câmara, um ano após a ruptura de suas ligações com a atriz. Em 25 de Novembro, embarca para a Bahia. Em 1870, por recomendações médicas, segue para Curalinho, no sertão baiano, e depois para a fazenda Santa Izabel do Orobó, que hoje é Itaberaba. Nesse mesmo ano retorna à capital baiana e publica *Espumas Flutuantes*. Em janeiro de 1871, apaixonou-se pela cantora Agnese Trinci Murri, a quem dedica versos. Em 10 de fevereiro, faz sua última declamação em público “No meeting do Comité do Pain”, em benefício das crianças francesas vítimas da guerra franco-prussiana. Em Junho, a partir da meia noite do São João, agrava-se seu estado de saúde. E no dia 06 de julho, às três e meia da tarde, aos 24 anos de idade, veio a óbito, sendo levado, conforme seu último desejo, a uma janela banhada de sol.

O NEGRO NA POESIA DE CASTRO ALVES

Castro Alves, devido a sua sensibilidade artística, é considerado um poeta maior, uma vez que é ele foi capaz de “transfundir em seus poemas um sentido superior de vida, uma visão do mundo ou do homem”.

Capaz de, em uma palavra, pôr a sua inteligência não apenas a serviço da forma ou da qualidade de emoção, mas também uma concepção das coisas da existência humana, e uma compreensão filosófica da poesia (CANDIDO, 1944, p.131).

Em sua obra abolicionista percebe-se o desejo de igualdade social e racial, e de reformas sociais. Vindo de um período de Indianismo de Gonçalves Dias e de grandes exageros sentimentais do Ultra-Romantismo, Castro Alves escreveu poesias que mostram uma libertação do egocentrismo absoluto, abrindo-se para uma compreensão dos grandes problemas sociais e expressando, em suas poesias, sua indignação contra as tiranias e as opressões.

A poesia abolicionista é considerada sua melhor realização, pois o poeta assume como sua principal missão a de denunciar as injustiças sociais refletidas no país que todos celebravam como uma nova nação. Através de sua poesia, Castro Alves clamou pela liberdade dos escravos negros que vivia sobre maus tratos, injustiças e infâmias. Sua poesia humanista se realiza através de metáforas, comparações, hipérboles, antíteses, apóstrofes, e são empregados elementos da natureza, que criam ideia de imensidão, majestade, força, como por exemplo: cordilheiras, montanhas, tempestades, oceanos, astros, furacões, cachoeiras e outros, enquadrando-se em um estilo chamado *Condoreirismo* (TUFANO, 1985, p. 45-46).

Cabe lembrar que essa classificação, *condoreirismo*, é devido aos arroubos poéticos que presumiam semelhar-se ao surto do condor. Denominação inventada pelos

críticos literários de nossa literatura. Havia em Castro Alves o fogo sagrado, parecia gênio, devido ao seu grande talento verbal, e sua sincera eloquência comunicativa. Com Castro Alves é possível dizer que se alarga a inspiração poética, os poetas passam a perceber o mundo visível que existe. Foi um poeta nacional, poeta social, humano e humanitário. Cantou, em sua poesia, os problemas sociais e humanos sempre com muita sensibilidade e emoção de poeta (VERÍSSIMO, p.285-295).

Suas obras mais representativas sobre a temática da escravidão dos negros trazidos da África ao Brasil são: “A cachoeira de Pauto Afonso”, “Os Escravos”, poema que o faz ser reconhecido com o poeta da abolição; “Vozes da África”, obra em que o poeta invoca a Deus justiça para os negros do continente escravizado; e “Navio Negroiro”, obra de evocação dantesca dos sofrimentos dos negros durante a travessia da África para o Brasil.

A obra *Navio Negroiro*, de Castro Alves, é considerada uma obra prima. Ocupando um papel importante na evolução literária brasileira, pois se percebe em sua mensagem a presença dos homens, das coisas, dos lugares. Sendo uma das obras a refletir as expressões do pensamento e sensibilidade (CANDIDO, 2006, p.157). Observam-se abaixo os quadros que retratam a inspiração do poeta dos escravos e, mais adiante, alguns trechos retirados do poema “Navio Negroiro”, que demonstram a inquietação do poeta:

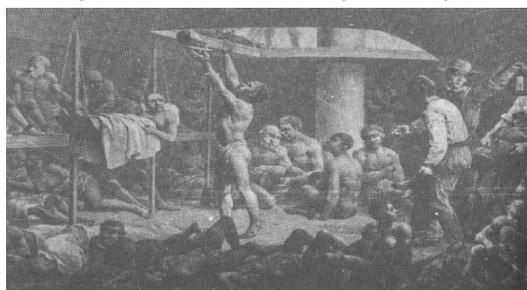
Mas que vejo eu aí... Que quadro
d'amarguras!
É canto funeral! ... Que tétricas
figuras! ...
Que cena infame e vil... Meu Deus!
Meu Deus! Que horror!
(Navio Negreiro, Canto III)

Era um sonho dantesco... o
tombadilho
Que das luzernas avermelha o brilho.
Em sangue a se banhar.
Tinir de ferros... estalar de açoite...
Legiões de homens negros como a
noite,
(Navio Negreiro, Canto IV)

Senhor Deus dos desgraçados!
Dizei-me vós, Senhor Deus!
Se é loucura... se é verdade
Tanto horror perante os céus?!
(Navio Negreiro, Canto V)

Existe um povo que a bandeira em-
presta
P'ra cobrir tanta infâmia e cobardia!...
E deixa-a transformar-se nessa festa
Em manto impuro de bacante fria!...
(Navio Negreiro, Canto VI)

Imagem 02 - Mercado de Negros – Rugendas



Fonte: Silva, 2001, p.20

Imagem 03 - Navio Negreiro – Rugendas



Fonte: Silva, 2001, p.24.

Nesse poema percebe-se a uma marcante e crítica denúncia social, feita às práticas do serviço escravo. O poeta expressa-se horrorizado com as condições desumanas em que os negros escravos viviam e os tratamentos dado a eles. Criticando aqueles que covarde e friamente usaram uma bandeira de nacionalismo, sob o lema de “ordem e progresso”, para encobrir, com tanta infâmia, o sangue e o sofrimento de tanta gente inocente escravizada. Em “Vozes d’África”, assim como em muitos de seus poemas, o poeta se coloca na posição do negro escravo, dando voz a este, e expressa a dor como se ela realmente fosse sua:

Hoje em meu sangue a América se
nutre
Condor que transformara-se em
abutre,
Ave da escravidão,
Ela juntou-se às mais... irmã traidora
Qual de José os vis irmãos outrora
Venderam seu irmão.

(Vozes d’África, estrofe 18, versos 1-6)

A denúncia à forma como se deu colonização do continente Americano, a partir da implantação da mão de obra escrava como fonte de lucro, e a questão social do

negro no Brasil foram fontes de inspiração para o poeta dos escravos. Em seus poemas, a condição do eu-lírico, geralmente em primeira pessoa, demonstra-se sempre com muita angústia e sofrimento diante da crueldade humana, e principalmente daqueles que se nutriram do sangue de gente inocente. A esse respeito, Joaquim Nabuco depõe:

[...] a maior glória do jovem poeta é a de ter posto sua inspiração a serviço da liberdade e, em particular, a emancipação dos escravos. (...) Inspiração ardente, possuindo o segredo do movimento e da ação no verso; talento transportado pelas nobres ideias, pairando sempre em regiões elevadas e odiando a vulgaridade, Castro Alves reuniu por grandes qualidades seus grandes defeitos. O que a mocidade deve imitar nele não é o “culto da hipérbole”; é sim, a elevação constante de seu pensamento, a concisão nervosa de sua estrofe, o seu amor à liberdade e, os que puderem alcançar tão alto! a forma de sua inspiração. (...) Vimo-nos durante um ano quase dia por dia e nunca o vi dar um momento de atenção à realidade da vida nem às ambições da mocidade...) (NABUCO, in. *A Reforma*, 1873 apud SILVA, 2001, p. 230-231).

Talvez, se não fosse o “culto da hipérbole” na poesia de Castro Alves o negro não tivesse ganhado voz na literatura brasileira, nos tempos do Romantismo. O grito poético de Castro Alves foi necessário para denunciar a crueldade praticada contra os negros no século XIX. Cabe lembrar que nessa época buscava-se

investigar “o que é o negro”, pois muitos teóricos racialistas (como: William Cohen, Heródoto, Plínio e Rebelais, entre outros) tinham uma imagem distorcida da África e dos africanos. Para esses cientistas, o negro não era considerado como humano, mas “um ser anormal”. Por isso, injustamente, a raça negra era considerada naturalmente inferior (SANTOS, 2002, p.53-55). Como foi discutido na etapa anterior deste trabalho, tal imagem compartilhada até os dias atuais contribuiu para a criação de vários estereótipos negativos e racistas para o negro, esse sempre inferiorizado em relação ao branco ou qualquer outra raça.

Ainda nesse período, enquanto poetas e escritores nacionalistas buscavam inspiração em uma imaginação idealizada do índio, do branco e da natureza, Castro Alves recusa à imaginação e busca na realidade social o pivô para a sua escrita. Nela, o poeta descrever o humano em sua nudez, sem adornos e enfeites. E estabelece uma relação de cumplicidade com a poesia, a musa do poeta, e o homem que irá incorporar o eu-lírico poético é o negro esquecido e marginalizado na sociedade e nas primeiras produções românticas. Em sua obra poética condoreiríssima, é o negro que grita por liberdade. Trata-se de um grito inconformado e solitário, já que a voz é daquele que outrora fora guerreiro em sua terra e após ser escravizado fora condenado à solidão da vida escrava. É o que se pode perceber no trecho que segue abaixo:

Como um cúmplice fugaz,
Perante a noite confusa...
Dize-o tu, severa Musa,

Musa libérrima, audaz!...
São os filhos do deserto,
Onde a terra esposa a luz.
Onde vive em campo aberto
A tribo dos homens nus...
São os guerreiros ousados
Que com os tigres mosqueados
Combatem na solidão.
Ontem simples, fortes, bravos.
Hoje míseros escravos,
Sem luz, sem ar, sem razão. . .

(Navio Negreiro, Canto V)

O poeta depositava sua esperança na abolição dos escravos, crendo que estes libertos pudessem voar tão alto quanto um condor que voa livre para seu ninho. Sua poesia destaca-se pela militância contra a abolição da escravidão, pois fez de sua lírica uma arma de luta contra as diversas formas de desumanidade das quais foram vítimas os negros, tratados como coisa, vendidos como mercadoria, e desprezados como um animal selvagem. Foram esses negros explorados, cujo prêmio fora o desprezo, que teve voz na lírica do poeta.

O seu prêmio? — O desprezo e
uma carta de alforria quando tens
gastas as forças e não pode mais
ganhar a subsistência.

(Antítese. In. Os escravos)

O negro até então descentrado e marginalizado na literatura brasileira, através da poesia de Castro Alves acaba ocupando o centro de uma consciência nacional em oposição à injustiça da escravidão. É o que Xavier Marques propõe, ao dizer que

Castro Alves, abolicionista desde 1865,
agiu a princípio contra o seu meio,

antecipando-se de quase três lustros à organização da propaganda libertadora, criando um espírito público e um sentimento antiescravista, formando uma consciência nacional acessível à injustiça da escravidão, ou, pelo menos, deslocando da periferia para o centro de nossa consciência a monstruosa iniquidade do fato (sic. XAVIER MARQUES, in. Vida de Castro Alves, 1911 *apud* SILVA, 2001, p. 231)

Não foi à toa que ele ganhou a simpatia e o respeito da mocidade de seu tempo. Sendo considerado não apenas um poeta, mas um apóstolo, um propagandista, um lutador pela libertação dos escravos. Sua luta não era inconsciente e romântica, como se pode pensar. O poeta tinha ciência e consciência dos benefícios e dos malefícios que a abolição dos escravos causaria à raça negra, mas mesmo assim não deixou de lutar pela liberdade com fé e dedicação, fazendo dessa luta sua missão de vida. Nesse sentido Amadeu Amaral fala:

Não foi apenas um poeta, na acepção literária do vocábulo. Foi um apóstolo, um propagandista, um lutador, ciente e consciente dos frutos bons e dos frutos amargos de sua semeadura. Ele foi o querido da mocidade e do povo, o mais amado, o mais admirado, o mais fascinador, o mais compreendido dos nossos poetas (AMARAL, in. *Letras Floridas*, 1920 *apud* SILVA, 2001, p. 237).

Castro Alves, atento às injustiças sofridas pelos negros, compreendia que no Brasil a escravidão do negro fazia parte da própria organização social do país. Ele

achava isso um horror, uma vergonha. Indignava-se ao ver que o negro era como uma peça que o senhor branco costumava adquirir para o trabalho, ou como um animal destinado ao uso do seu senhor. E ele não via tal injustiça com os braços cruzados, ele militou para que a triste realidade fosse transformada em dias melhores, e para que o Brasil fosse uma terra com mais igualdade social. Ele defendia que era preciso agir, fazer algo para que a escravidão fosse banida das terras brasileiras:

Aonde a terra que talhamos livres?
Aonde o povo que fizemos forte?
(A visão dos Mortos, In. Os Escravos)

Sua obra poética expõe o cenário brasileiro que, pintado com as cores da realidade, expõe um triste painel onde se estampa a infâmia e a covardia: os navios negreiros atravessando o oceano Atlântico carregado de negros para a mão de obra escrava, alguns vivos outros mortos durante a viagem; as senzalas imundas nas quais os negros eram jogados e esquecidos; a negra mãe cativa a amamentar o filho sem esperança em um futuro melhor; os mercados negros que cresciam abundantemente; o trabalho escravo de sol a sol no eito dos engenhos de cana de açúcar. O legado de sua poesia, ao expor tal cenário, pode ser considerado o esboço de um testamento e uma autêntica produção nacionalista de um Brasil que teve como herança o preconceito racial. Tal como ver-se-ia o poeta:

No entanto fora belo nesta idade
Desfraldar o estandarte da igualdade,
De Byron ser o irmão...

E pródigo - a esta Grécia brasileira,
Legar no testamento - uma bandeira,
E ao mundo - uma nação.
(Estrofes do Solitário. In. Os Escravos)

Por tal dedicação, a uma causa tão digna de ocupar as preocupações nacionais, Castro Alves merece ser considerado um digno poeta nacionalista. Para Rui Barbosa

Eis o que eleva Castro Alves à altura de um poeta nacional, e bastante eminentemente para representar uma grande manifestação da pátria: é que a sua poesia é a aspiração culminante do país. Nos seus cantos geme pela liberdade o passado, pugna o presente, e triunfa o porvir. (...) O encanto daquele órgão irresistível, um desses que transfiguram o orador ou o poeta e fazem pensar no glorioso arauto de Agamenon imortalizado por Homero, Taltíbios, semelhante aos deuses pela voz (BARBOSA, in. Elogio de Castro Alves, 1881 apud SILVA, 2001, p. 228)

Por isso, há de se concordar com Guilherme Figueiredo quando este afirma que “Castro Alves é a primeira e mais pura expressão da poesia brasileira” (GUILHERME, in. O Jornal, 1947 apud SILVA, 2001, p. 229), e também com José Veríssimo quando julga poeta dos escravos como “O poeta nacional, se não o mais nacionalista, poeta social, humano e humanitário” (VERÍSSIMO, 1906, p.337 apud SILVA, 2001, p.231), pois o poeta gritou o grito da nação. Em outras palavras, Castro Alves foi o primeiro poeta a expressar, na literatura brasileira, a realidade nacional sem idealizações, dando voz a aquele que.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o negro e o mestiço não tinham lugar nessa na sociedade brasileira construída como um status de nação. Ao longo da história da escravidão na América, várias teorias racialistas contribuíram para a criação de uma identidade para o negro nos limites do racismo. No percurso histórico da construção da nação brasileira vários discursos políticos tentaram amenizar e justificar a escravidão, e com isso contribuiu para legitimação da inferioridade do negro.

Enquanto no Romantismo muitos poetas se preocuparam em criar uma literatura que desse sentido e enraizasse as bases de uma história, literatura e cultura nacional, voltando-se para a figura idealizada do índio, como aconteceu com José de Alencar, sempre tido como um bom selvagem à *La Rousseau*, Castro Alves se dedicou a cantar os negros, excluídos da sociedade.

Espera-se que esta discussão, ainda que modesta, tenha destacado questões relevantes que venham a contribuir com as discussões contemporâneas acerca da representação do negro na sociedade e, principalmente, na no Romantismo na Literatura Brasileira com ênfase na poesia de Castro Alves. É com os versos do poeta com qual se encerra essa reflexão:

Adeus, meu canto! É a hora da partida...

O oceano do povo s'encapela.

Filho da tempestade, irmão do raio,

Lança teu grito ao vento da procela.

[...]

Adeus, meu canto! Na revolta praça
Ruge o clarim tremendo da batalha.
Águia — talvez as asas te espedacem,
Bandeira — talvez rasgue-te a metralha.

(Adeus, meu canto. In. Os escravos. – Canto I)

Assim, quando essa turba horripilante,

Hipócrita sem fé, bacante impura,
Possa curvar-te a fronte de gigante,
Possa quebrar-te as malhas da armadura,

Tu deixarás na liça o férreo guante
Que há de colher a geração futura...

Mas, não... crê no porvir, na mocidade,

Sol brilhante do céu da liberdade.

(Adeus, meu canto. In. Os escravos. – Canto III)

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA FILHO Walter. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALVES, Castro. **Navio Negreiro**. Editora Virtual Books Online M&M Editores Ltda: 2000.

ANDERSON, Benedict R. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BANDEIRA, Manuel. **Noções de História das Literaturas**. 5.ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura S.A., 1960.

CANDIDO, Antonio. Notas de Crítica Literária: sobre poesia. In. **Textos de Intervenção**: Seleção, apresentação e notas de Francisco Dantas. (Col. Espírito Crítico). São Paulo: Duas Cidades Editora 34, 1944.

_____. **Formação da Literatura Brasileira**. 8.ed. Rio de Janeiro: Editora Itatiaia Limitada, 1997.

_____. **O Romantismo no Brasil**. 2.ed. São Paulo : Humanitas / FFLCH, 2004.

_____. **Literatura e Sociedade**. 9.ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

FANON, Frantz. **Pele negra e máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERREIRA, Ricardo Franklin. **Afro-descendentes**: Identidade em Construção. São Paulo: EDUC, Rio de Janeiro: Pallas, 2004.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 06.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HALL, Stuart. Que “negro” é esse na cultura negra. In. **Diáspora**: identidades e mediações culturais. LIV, Sovik (org.).1ª ed. Atual. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

HOBSBAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

PRADO, Paulo. **Retratos do Brasil**: ensaio sobre a tristeza brasileira. 2.ed. São Paulo: IBRASA; Brasília: INL, 1981.

RENAN, Ernest. Que é uma nação? Tradução de Samuel Titã Jr. **Plural**; Sociologia, USP, São Paulo, 4: 154-175, 1.sem.1997. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/ds/plural/edicoes/04/traducao_1_Plural_4.pdf> . Último Acesso em: 27 jun.2013.

RODRIGUES, Raymundo Nina. **Os africanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de

Pesquisas Sociais, 2010.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. **A invenção do ser “negro”**: um percurso das idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros. São Paulo: Educ/Fapesp, Rio de Janeiro: Pallas, 2005.

SILVA, Francisco Pereira da. Castro Alves. **A vida dos Grandes Brasileiros**, vol. 3. (col.). São Paulo: EDITORA TRÊS LTDA, 2001.

TUFANO, Douglas. **Estudos de Literatura Brasileira**. 3.ed. rev.ampl. São Paulo: Editora Moderna LTDA, 1985.

Recebido para publicação em 25 de maio de 2014.

Aceito para publicação em 21 de Jul. 2014.